



CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA

07 de Agosto de 2017



APRESENTAÇÃO: Reparcèlement da Divida Previdenciária dos Municípios

Sergio Aureliano
Confederação Nacional de Municípios.

Reparcelamento da dívida do Regime Geral de Previdência Social – Medida Provisória 778/2017

PARCELAMENTO ESPECIAL PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) MP 778

- Os débitos podem ser parcelados em até 200 meses, dependendo do montante da dívida em relação à RCL do Município. Essas parcelas serão divididas em 3 grupos:
- (i) 6 parcelas, a serem pagas de julho a dezembro de 2017, cada uma de 0,4% da dívida consolidada, sem nenhum desconto de multa ou juros, totalizando 2,4% da dívida;
- (ii) 194 parcelas mensais correspondente à divisão da consolidação da dívida, reduzida de 25% das multas e 80 % dos juros, total das parcelas pagas de Julho a Dezembro/2017, a partir de janeiro de 2018, limitadas a 1% da RCL (caso o Município tenha dívidas inscritas em dívida ativa, terá um parcelamento da RFB e outro da PGFN, cada um limitado a 0,5% da RCL, totalizando no máximo 1% da RCL); e
- (iii) o saldo que sobrar ao final dos 200 meses, caso a parcela tenha sido limitada a 1% da RCL, será reparcelado em 60 meses através de novo parcelamento em condições normais.
- As parcelas serão corrigidas pela Selic até o mês anterior ao vencimento e por 1% no mês de vencimento.

PARCELAMENTO ESPECIAL PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) MP 778

Impactos da redução de juros e multas para os Municípios:

- Valor total da dívida previdenciária dos Municípios: **R\$ 75,3 bilhões**
- Estimativa de Redução da dívida previdenciária dos Municípios: **R\$ 30,1 bilhões**
- Estimativa em Percentual da Redução da dívida previdenciária dos Municípios: **40%**

PARCELAMENTO ESPECIAL PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) MP 778

- A Instrução Normativa (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 1710, de 07/06/2017 e a Portaria da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) nº 645, de 16/06/2017, regulamentam o parcelamento dos débitos com o RGPS.
- O parcelamento engloba todas as dívidas dos Municípios com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) vencidas até 30 de abril de 2017, inclusive aquelas que já haviam sido parceladas no âmbito do Programa de Regularização Tributária (PRT), da Medida Provisória nº 766/2017 ou em parcelamentos anteriores.
- O parcelamento contempla tanto as contribuições patronais quanto as descontadas do servidor e não pagas, inclusive multas e juros, exceto a multa por compensação indevida de valores que teriam sido pagos a maior, quando se comprove falsidade da declaração apresentada pelo Município.
- Caso o Município tenha débitos ainda não constituídos junto à RFB, que deseja incluir no parcelamento, eles deverão ser confessados por meio da GFIP, a ser apresentada até 31 de julho de 2017.
- O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até o dia 31 de julho de 2017

PARCELAMENTO ESPECIAL PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) MP 778

- Se o Município desejar parcelar débitos que está questionando na esfera administrativa ou judicial, terá que desistir dos recursos administrativos ou das ações judiciais. O Município tem a opção de não parcelar os débitos que está questionando, ou de desistir apenas de parte dos questionamentos.
- O Município ao aderir ao parcelamento está autorizando a retenção do FPM para pagamento das mensalidades do parcelamento e, caso não pague a contribuição previdenciária corrente no prazo devido, no mês seguinte o FPM também será retido para pagar essa contribuição.
- O parcelamento será rescindido pela RFB e pela PGFN por:
 - I - falta de recolhimento de diferença não retida no FPM por 3 meses consecutivos ou alternados;
 - II - falta de pagamento de uma parcela, estando pagas todas as demais;
 - III - falta de apresentação das informações relativas ao demonstrativo de apuração da RCL; ou
 - IV - a não quitação integral do pagamento das 6 parcelas iniciais.

PARCELAMENTO ESPECIAL PARA OS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

- Foi divulgada portaria de regulamentação do parcelamento para os RPPS. A CNM solicitou que fosse em 260 meses, visto que no INSS, além das 200 parcelas, o resíduo que ficar será parcelado em mais 60 meses.
- No caso dos RPPS não haverá a trava da parcela ficar limitada a 1% da Receita Corrente Líquida (RCL).
- Os juros serão aqueles utilizados para efeitos de meta atuarial (geralmente IPCA ou INPC + 6% ao ano).
- Poderão ser parcelados todos os débitos do Município com o RPPS constituídos até o mês anterior a autorização Legislativa: contribuição patronal, contribuição do servidor não repassada e outros débitos referentes a uso indevido de recursos previdenciários.

MELHORIAS DA MP 778

PROPOSTAS PELA CNM

- Supressão do inciso que prevê rescisão sumária em razão de um único atraso de parcela (Emenda nº 22);
- Aprovação da Emenda nº 25, que estabelece critérios para a realização de efetivo encontro de contas, criando mecanismos para que dívidas do RGPS com as Prefeituras sejam efetivamente liquidadas;
- Apresentação das seguintes emendas de Relator:
 - agilização da análise dos processos de compensação previdenciária (prazo de 120 dias para o INSS aprovar o requerimento), passar a corrigir os valores pelo mesmo critério que a União corrige as dívidas dos Municípios com o RGPS (ao invés de apenas o INPC passar a ser a Selic) e pagar o estoque;
 - inclusão na MP 778 de parcelamento especial para as dívidas dos Entes com seus RPPS em sistemática similar à do RGPS, ou seja, em 260 parcelas.
 - Condicionar a obrigatoriedade de desistência de ações judiciais à possibilidade de questionar via encontro de contas administrativos;
 - Prazo adicional para adesão ao parcelamento especial até dez/2017;
 - Ampliação da redução das multas de 25% para 40%; e
 - Incluir o parcelamento das dívidas com o PASEP, bem como o fim da incidência do PASEP sobre os RPPS.



OBRIGADO